



Presidente do Senado analisa pedidos para CPI da Petrobras

Dois requerimentos de criação da CPI sobre supostas irregularidades na empresa foram lidos ontem e provocaram debates entre os senadores: o da oposição limita investigações à estatal e o do governo envolve também denúncias sobre metrô de São Paulo e DF nas gestões do PSDB e do DEM

Os dois requerimentos foram contestados em questões de ordem levantadas em Plenário. Assim, a criação da comissão parlamentar de inquérito — seja restrita à Petrobras ou mais ampla — depende agora de respostas do presidente do Senado, Renan Calheiros, aos questionamentos. “A isenção que o cargo obriga que eu tenha não me permitirá outra decisão senão dentro dos limites do que o STF já decidiu e esta Casa também”, disse Renan. **11 e 12**



Gleisi, da base governista, conversa com Renan sobre abrangência da CPI



Aloysio e Aécio, pela oposição, querem limitar investigações apenas à estatal

Segue para sanção incentivo a pequenas hidrelétricas 5

Sessão interativa marca Dia de Conscientização do Autismo 2

Aprovados nomes para 3 embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou ontem os diplomatas Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Katia Godinho Gilaberte e Regina Célia de

Oliveira Bittencourt, indicados para representar o país, respectivamente, na Tailândia, Camboja e Laos; na Eslovênia; e em Burkina Fasso. **3**



Ana Amélia (2ª à dir.) coordena sessão que aprovou Regina Bittencourt (E), Gilberto Moura e Katia Gilaberte

Intercâmbio no exterior terá regras de proteção 6

Marco Civil da Internet será relatado por Luiz Henrique 7

Estatísticas oficiais poderão seguir regras internacionais 4

Relatório sobre mudanças no clima prevê mais desequilíbrio 10

Ministro do STJ critica criminalização excessiva 8

Violência contra jornalistas cresce no país

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, convidados apontaram persistência da violência policial e hostilização por parte de manifestantes de rua. Falta de punição em casos de assassinatos motivou entidade sindical a pedir a federalização das investigações. **9**



Paulo Paim (E) presidiu a audiência pública e ao fim leu uma série de propostas que foram apresentadas pelos convidados

Comissão faz audiência interativa sobre autismo

O debate acontece hoje, Dia Mundial de Conscientização do Autismo, com a participação do Movimento Orgulho Autista Brasil e do senador Wellington Dias, que tem uma filha com o transtorno

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) promove hoje, a partir das 11h, audiência pública sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Entre os convidados, estão o senador Wellington Dias (PT-PI), que tem uma filha autista; o diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta; e a coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil no estado do Rio de Janeiro, Claudia Moraes.

O Dia Mundial de Conscientização do Autismo é celebrado anualmente no dia 2 de abril. A data foi definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para esclarecer, informar e chamar a atenção da sociedade para o autismo. Hoje, o prédio do Congresso Nacional vai ser iluminado

de azul, assim como muitos outros monumentos no mundo.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento que afeta, em graus diferentes em cada indivíduo, a capacidade de interação social, a comunicação e o comportamento. O médico Drauzio Varella esclarece que o autismo pode afetar pessoas de todas as classes sociais e etnias, mais meninos do que meninas. Os

sintomas do transtorno podem aparecer nos primeiros meses de vida. No entanto, só ficam mais evidentes quando a criança completa 3 anos.

A audiência pública na CDH para marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo vai ser interativa. A sociedade terá à disposição uma série de canais para entrar em contato com convidados pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado (0800 612211).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 11h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHautismoEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHautismoAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CDHSenado #Autismo	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/notasCDHautismo	

Jarbas: crimes da ditadura devem ser punidos

Ao lembrar os 50 anos do golpe militar, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a punição de militares que usaram o poder do Estado para torturar e matar presos políticos. Ele considera inaceitável, por exemplo, que fiquem impunes pessoas como o coronel reformado Paulo Malhães, que, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, admitiu que torturou, matou e ocultou o corpo de várias pessoas que lutavam contra o regime militar.

Jarbas disse que o coronel falou com arrogância por estar amparado pela Lei da Anistia. Para ele, o poder público tem que tomar providências.

— Este é um acerto de contas com nossa história. As próprias Forças Armadas também não devem se omitir. Precisam deixar claro que comportamentos como o desse coronel da reserva representa um passado odioso, que não deveria ter ocorrido, que deve ser condenado — afirmou o senador.



As próprias Forças Armadas não devem se omitir, segundo Jarbas

Casildo quer contribuição sindical opcional



Para o senador, fim do imposto obrigatório vai depurar sindicatos

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a modernização das leis trabalhistas para tornar voluntária a contribuição sindical.

Ele lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho está em vigor desde 1943 e precisa de ampla revisão para aumentar a proteção ao trabalhador e, ao mesmo tempo, criar estímulos à geração de novos empregos.

Para ele, o objetivo do imposto sindical compulsório está completamente desvirtu-

ado, pois muitos sindicatos são criados somente para tomar parte nas verbas geradas pelo tributo.

— Tal fato reforça a ideia cada vez mais preponderante de tornar a contribuição sindical algo voluntário, opcional. Com isso, além de garantir a liberdade do trabalhador, depuram-se as organizações, permanecendo tão somente as que efetivamente desempenhem com relevância e competência sua função social e política — afirmou.

Renan prestigia posse de novos ministros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da cerimônia de posse do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) no cargo de ministro da Secretaria de Relações Institucionais. Ele substituiu Ideli Salvatti, que deixou a pasta para assumir ontem o cargo

de ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em discurso, a presidente Dilma Rousseff enalteceu a atuação dos dois novos ministros e garantiu que o trabalho das duas pastas continuará sendo feito com competên-

cia devido à experiência de ambos.

“O governo e o Congresso Nacional continuarão unidos e saberão fazer o que o povo brasileiro quer”, afirmou Dilma no pronunciamento.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Senado e Esaf firmam acordo para capacitação de servidores

Servidores do Senado poderão participar de cursos da Escola de Administração Fazendária (Esaf) e servidores daquela instituição poderão participar de cursos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), sem ônus. O acordo estabelece cooperação técnico-científica e cultural e intercâmbio de conhecimentos e informações.

Os servidores poderão utilizar bibliotecas e centros de processamento de dados de ambas as instituições.

Haverá também parcerias em atividades complementares de interesse comum

e realização de pesquisas técnico-científicas. Dentro das respectivas possibilidades e disponibilidades orçamentárias, Senado e Esaf se comprometeram a facilitar a requisição, transferência, alocação ou liberação de técnicos ou servidores, tanto para atividades como cursos, seminários, simpósios, encontros e outros quanto para cessão de pessoal para projetos, cursos especiais, pesquisas e outras ações. O compromisso ainda prevê a criação de condições conjuntas de financiamento junto aos órgãos de fomento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Ações rescisórias**
14h Proposta que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias está na pauta da sessão.
- PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa**
12h O senador Renan Calheiros participa de reunião da Mesa do Senado e, às 16h, preside a ordem do dia.
- CI Relatórios sobre infraestrutura**
7h30 Apresentação dos relatórios do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura sobre o tema “O Brasil só será uma grande potência no dia em que adquirir o dom da eficiência”. Depois, sabatina de Adalberto Tokarski, indicado para diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
- CDR Rio São Francisco**
9h Audiência pública interativa sobre a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água na bacia hidrográfica e a queda dos valores dos royalties transferidos aos municípios do sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.
- CAS Contagem do tempo de defeso**
9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que dispõe sobre a contagem do período de defeso, na pesca, como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.
- RESÍDUOS SÓLIDOS Gestão integrada**
9h A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, que funciona no âmbito da CMA, debate o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Serão analisadas a situação atual, as perspectivas e os desafios do plano.
- CCJ Vandalismo**
10h Análise de projeto que tipifica como vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte e monumentos.
- LEGISLATIVO Congresso de servidores**
10h O professor da Faculdade de Pesquisa Singularity University José Luis Cordeiro abre palestras do Congresso dos Servidores do Legislativo, no Auditório do Interlegis.
- CDH Autismo**
11h Audiência pública interativa sobre conscientização do autismo. Participa o diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta.
- CE Fronteiras do conhecimento**
14h Debate interativo sobre as novas fronteiras do conhecimento, com o cientista e professor da Singularity University José Luis Cordeiro.
- CRE Crise na Venezuela**
14h Debate sobre o agravamento da crise econômica, social e política da Venezuela. Foi convidada a deputada venezuelana María Corina Machado.
- EDUCAÇÃO Financiamento**
14h A comissão temporária criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação realiza audiência pública sobre o tema.
- MERCOSUL Agenda**
14h30 Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para discutir a agenda para a reunião do Parlasul no dia 7 de abril.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Diplomatas estarão à frente das embaixadas brasileiras na Tailândia, Camboja e Laos; na Eslovênia; e em Burkina Fasso e destacaram cooperação nas áreas do comércio e da cultura

Aprovadas três indicações de embaixadores

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) sabatinou ontem os diplomatas Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Katia Godinho Gilaberte e Regina Célia de Oliveira Bittencourt, indicados respectivamente para serem embaixadores do Brasil na Tailândia, Camboja e Laos; na Eslovênia; e em Burkina Fasso. Os três diplomatas, indicados pela Presidência da República, tiveram os nomes aprovados.

Tailândia

Gilberto Guimarães de Moura detalhou as turbulências políticas e sociais que atingem os países asiáticos para os quais foi indicado, em especial a Tailândia, que enfrenta uma crise interna. Destacou também a situação econômica que desponta com a agricultura sofisticada, o setor industrial avançado e o segmento de turismo, que tem boa infraestrutura e atrai parcela significativa de brasileiros.

Moura se comprometeu a reforçar a cooperação técnica com Camboja e Laos e trabalhar para triplicar o comércio bilateral com a Tailândia, de US\$ 4 bilhões para US\$ 12 bilhões. Na pauta de exportações, entre outros produtos, estão as aeronaves da Embraer e usinas completas de etanol.

O diplomata já exerceu os cargos de conselheiro nas

embaixadas do Brasil na França (1992), Polônia (1996) e Alemanha (2003); e embaixador em Liubliana, capital da Eslovênia (2012).

Eslovênia

Katia Gilaberte lembrou que a Eslovênia foi duramente atingida pela crise de 2008, com aumento do desemprego. O país tenta recuperar a economia com o saneamento dos bancos, a contenção de gastos e a tentativa de garantir um nível satisfatório de bem-estar social e desenvolvimento.

Nas relações com o Brasil,

Katia ressaltou a cooperação científico-tecnológica, defesa e cultura. Ela informou que a Eslovênia desenvolveu programa de trabalho para fortalecimento do comércio, que atualmente se resume à exportação de café e derivado de soja para alimento animal, com importação de produtos da indústria automobilística e medicamentos.

A diplomata já atuou nas embaixadas no Japão, na antiga Alemanha Ocidental, na Bolívia e na Rússia. Em 2005, foi embaixadora no Senegal, em Gâmbia e Madagascar.

Desde 2010 era cônsul-geral do Brasil em Bruxelas, capital da Bélgica.

Burkina Fasso

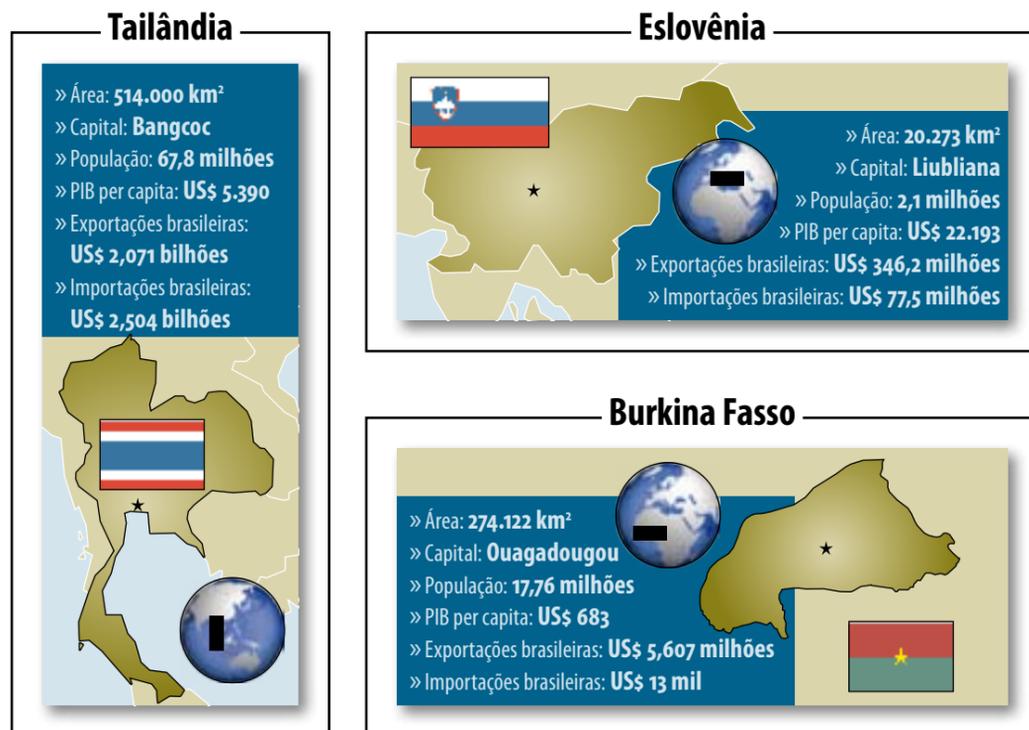
Regina Célia Bittencourt lembrou que é importante acompanhar de perto as articulações para as próximas eleições presidenciais em Burkina Fasso, que estão próximas. O país africano, que exporta principalmente produtos primários (ouro, manganês e vários produtos agrícolas), vive um período de efervescência política.

Nas relações bilaterais, Regina Célia apontou a busca

de cooperação na área de agricultura. Burkina Fasso tem interesse em adquirir maquinário, embora o comércio enfrente uma queda nos últimos anos. A cooperação cultural, com uma importante participação do artesanato regional e a realização de um festival de cinema, também ganhou destaque. Deve ser explorada ainda a possibilidade de acordos na área educacional. Outra preocupação é com a venda de aeronaves e armamentos na região que, posteriormente, vão parar ilegalmente nas mãos de terroristas misturados a refugiados na fronteira com a Costa do Marfim.

Entre os postos no exterior onde ela serviu, estão as embaixadas na Dinamarca, Bolívia, Hungria, Nicarágua, Londres e Trinidad e Tobago, onde assumiu em 2011. Também foi cônsul-adjunta no Consulado-Geral em Miami (1998 a 2001).

Na mesma reunião, o colegiado apreciou as indicações dos nomes de José Mauro da Fonseca Costa Couto para a embaixada no Sudão; de Sergio Elias Couri, para o cargo de embaixador junto a Santa Lúcia; e de Paulo Cesar Meira de Vasconcelos, para os Emirados Árabes Unidos. Foi concedido pedido de vista coletiva aos senadores a respeito das indicações.



Acordo com Polônia deve reforçar combate ao crime

Acordo de cooperação entre o Brasil e a Polônia para intensificar ações de combate ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e ao terrorismo, foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 919/2013 aprova texto assinado em 2006 e prevê o desenvolvimento de atividades conjuntas nas áreas técnica e científica e na capacitação de funcionários e do intercâmbio de informações sobre o enfrentamento do crime organizado.

Segundo o Itamaraty, o acordo permitirá a troca de experiências sobre os métodos das organizações criminosas transnacionais. O texto, no entanto, faculta a qualquer dos dois países o direito de se recusar a prestar informações que afetem a soberania.

Turista estrangeiro poderá pedir visto na internet

A solicitação e a emissão de visto de turista para estrangeiros poderão passar a ser feitas por meio eletrônico. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que promove essa alteração no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980).

A proposta (PLC 4/2014) também permite a dispensa da exigência de visto de turista e de vistos temporários para estrangeiros em viagens de negócios, ou na condição de artista ou desportista, desde que o país de origem confira o mesmo tratamento aos brasileiros. O relator, Jorge Viana (PT-AC), recomendou a aprovação.

As solicitações de visto serão processadas pelo Sistema Consular Integrado do Ministério das Relações Exteriores.

Comissão recebe deputada cassada venezuelana

A deputada de oposição María Corina Machado, cujo mandato foi cassado pela Assembleia Nacional da Venezuela, participará hoje de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a respeito do "agravamento da crise econômica, social e política" de seu país. O requerimento para a audiência foi do presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Não podemos fazer de conta que nada está acontecendo na Venezuela — afirmou Ferraço.

A cassação de Corina ocorreu devido a participação dela em sessão da Organização dos Estados Americanos (OEA).



Comitiva de senadores visitará a Venezuela

O Senado formará uma comitiva para visitar os parlamentares da Assembleia Nacional da Venezuela e ver de perto os problemas que o país enfrenta. A onda de protestos, iniciada em fevereiro, já resultou em dezenas de mortes. A visita, sugestão de Roberto Requião (PMDB-PR), foi aprovada ontem na CRE e deve ocorrer em dez dias.

O presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES, foto) ratificou a importância da visita.

— O que nos cabe aqui é encontrar um modo, nos nossos limites, de contribuir para a superação desse ambiente e dessa conjuntura.



Representação do Parlasul discute agenda para o dia 7

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) discute hoje a agenda que irá levar para a reunião do órgão no dia 7. Também estará em pauta a escolha dos parlamentares brasileiros que vão ocupar a presidência e a vice-presidência das comissões permanentes destinadas ao Brasil.

O próximo encontro do Parlasul, em Montevideu, será realizado quatro meses depois da eleição de uma nova Mesa, presidida pelo uruguaio Rubén Huelmo e que tem o senador Roberto Requião (PMDB-PR) em uma das vice-presidências.

A expectativa é de que sejam votadas mudanças no Regimento Interno e, em seguida, de os cinco países que formam o bloco — Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela — retomarem os trabalhos legislativos.

Mozarildo pede ação pelos roraimenses presos na fronteira

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) chamou a atenção ontem para a violência contra brasileiros na Venezuela, especialmente na fronteira com Roraima. Ele lembrou que, devido à proximidade, os roraimenses visitam muito o país vizinho, mas atualmente têm sido obrigados a pagar propina para serem liberados por policiais, mesmo sem nada ter feito de ilegal.

Ele pretende solicitar providências à Venezuela na reunião do Parlasul, dia 7.

— [Espero] que possamos ter uma ação diplomática para proteger os brasileiros encarcerados, acusados de coisas que não existem — afirmou.



Comissão aprova proposta que obriga produtores de dados oficiais a seguirem parâmetros reconhecidos internacionalmente e a citarem fontes dos dados usados em pronunciamentos



Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): pesquisas deverão ter metodologia reconhecida

Projeto define regras para estatísticas oficiais

RELATÓRIOS, ESTUDOS E pesquisas que contenham estatísticas e registros administrativos oficiais deverão ser divulgados em sites do governo independentemente de requerimento ou solicitação. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 149/2013, aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta, que segue para decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), regulamenta a produção e a divulgação das estatísticas oficiais.

Além de dar maior transparência às informações oficiais, o projeto exige que esses dados sejam produzidos seguindo metodologia, parâmetros, práticas e procedimentos recomendados por organismos internacionais especializados. A ideia é que seja possível comparar os indicadores brasileiros aos de outros países.

O texto cria também a Lista de Estatísticas Oficiais Fundamentais (Leof), que inclui o produto interno bruto (PIB), o tamanho da população e a taxa de mortalidade infantil. A proposta ainda exige a indicação da fonte de dados estatísticos usados em pronunciamentos oficiais.

Manipulação

O projeto foi apresentado pelo senador José Agripino (DEM-RN) para evitar a manipulação e a revisão de números em favor do governo. Segundo o parlamentar, a ausência de estatística oficial única contribui para que o governo federal anuncie dados destoantes da realidade.

Exemplo disso, segundo ele, foi o anúncio da presidente Dilma Rousseff sobre o fim da miséria no país.

“O atual governo anuncia que erradicou a pobreza

extrema de nosso país, ao instituir um complemento na renda das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, de forma que seja alcançada uma renda per capita mínima de R\$ 70. No entanto, não quer elucidar como chegou a esse número cabalístico para a definição da linha de pobreza no Brasil, que contraria a literatura científica”, argumenta.

Dados confiáveis

O relator do projeto na CCT, Cícero Lucena (PSDB-PB), destacou a importância de ter dados oficiais confiáveis para orientar o planejamento de políticas públicas.

— A instituição de mecanismos que confirmem transparência às estatísticas produzidas pelos órgãos oficiais vai dotá-las de confiabilidade e respeito perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional — defendeu.

Comissão de Orçamento pode escolher relatores hoje

Por falta de quórum, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para hoje a reunião prevista para ontem. Há apenas um item na pauta de votações — o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2014, que abre crédito suplementar de R\$ 4,9 bilhões no Orçamento Fiscal da União de 2014, destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) —, mas poderão ser conhecidos hoje os nomes dos parlamentares que serão relatores em 2014.

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), afirmou que os partidos e lideranças ainda estão definindo quem serão o relator-geral e o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A relatoria da LDO de 2015 caberá a um senador do PMDB, confirmou Devanir. O relator-geral também será um senador peemedebista.

A escolha dos demais relatores já estaria mais bem encaminhada, segundo o presidente, que preferiu não citar os parlamentares que poderiam ocupar a relatoria da Receita, as relatorias setoriais e as relatorias do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

— Os outros relatores já estão mais ou menos encaminhados. Mas ainda há dúvidas. Alguns parlamentares serão candidatos nas eleições, outros membros podem ser trocados. Mas até a próxima

semana teremos as indicações completas — disse Devanir.

A CMO não está ainda com o quadro de membros completo. Também falta serem indicados os membros e coordenadores dos comitês permanentes do colegiado.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o deputado federal Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) e o senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) são o primeiro, o segundo e o terceiro vice-presidentes do colegiado, respectivamente.

A CMO é composta de 46 titulares (34 deputados e 12 senadores), com igual número de suplentes. Quanto ao PLN 1/2014, em pauta, o relatório do deputado Milton Monti (PR-SP) é favorável à aprovação.

Colegiado misto acata MP que facilita socorro em calamidade

A Medida Provisória 631/2013, que simplifica o envio de dinheiro público a estados e municípios atingidos por desastres climáticos, foi aprovada ontem em comissão mista e segue para votação na Câmara e no Senado.

— Essa medida pode evitar que novos episódios semelhantes de desastres climáticos aconteçam — disse a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES).

A MP garante o fluxo orçamentário para as áreas de desastre, a ser aplicado em serviços e obras de resposta e de reconstrução. Ela foi editada em resposta às inundações ocorridas no

final do ano passado, que castigaram o Espírito Santo, mas vale para todos os municípios em calamidade por desastres como enchentes e deslizamentos de terra.

Além de tornar os repasses de prevenção obrigatórios, a MP 631/2013 implantou o repasse pelo sistema fundo a fundo, assemelhado ao já aplicado às dotações do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela também estabeleceu a recuperação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e permitiu licitações pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), originalmente elaborado para agilizar obras da Copa.

Viana chama a atenção para a situação do Acre devido às enchentes

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que a situação no Acre é gravíssima por causa das enchentes do



Pedro Franco/Agência Senado

Rio Madeira, que deixaram intransitável a BR-364, principal via de acesso ao estado.

O alagamento da rodovia, explicou o senador, impede o tráfego dos caminhões que levam alimentos para o estado, deixando a população sem os gêneros de primeira necessidade e os postos de gasolina sem combustíveis.

— Há uma lâmina d'água de 1,7 metro acima do leito da estrada — afirmou.

Viana disse que, embora o governo tenha se mostrado solícito com o Acre, o estado necessita de mais ajuda das autoridades federais.

Anibal relata cheia e pede apoio ao setor produtivo acriano

Anibal Diniz (PT-AC) relatou viagem recente em que verificou a situação de seu estado,



Pedro Franco/Agência Senado

afetado pela cheia do Rio Madeira. O senador se mostrou preocupado com o alagamento das rodovias, que gera depressão econômica.

Anibal saudou as iniciativas de transporte aéreo de mercadorias, mas advertiu que a solução é ainda insuficiente. Ele pediu sensibilidade diante das dificuldades do setor produtivo acriano.

— A situação é realmente muito preocupante, vai se estender por algum tempo e vai exigir solidariedade do governo federal no que diz respeito à busca de alternativas para esses empresários.

Audiência pública discute problemas do São Francisco

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) promove audiência pública hoje, às 9h, para debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água na bacia hidrográfica e a queda dos valores dos royalties pagos aos municípios do sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

O debate foi requerido pelo presidente da CDR, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Foram convidados a participar: Vicente Andreu Guillo, da Agência Nacional de Águas; Romeu Donizete Rufino, da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Marcos Aurélio Madureira da Silva, da Chesf.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Tempo real:**
http://bit.ly/CDRvelhoChicoEC

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e_cidadania
#CDRSenado #VelhoChico #Chesf

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Taquigrafia:** http://bit.ly/notasCDRvelhoChico

▶ **Alô Senado:**
www.senado.leg.br/alosenado

▶ **Tempo real:**
http://bit.ly/CDRvelhoChicoAS

▶ **Facebook:** alosenado

▶ **Twitter:** @AloSenado

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Relator do projeto, Cassol acredita que mais centrais de pequeno porte aumentarão a potência do parque gerador de energia no Brasil

Construção de pequenas hidrelétricas vai enfrentar menos burocracia

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou projeto de lei da Câmara que incentiva a implantação de centrais hidrelétricas de pequeno porte (PLC 1/2014). Sem emendas, o texto segue direto para sanção, exceto se for apresentado recurso para votação em Plenário.

Para reduzir a burocracia que envolve esses empreendimentos, a proposta dispensa de concessão, permissão ou autorização o aproveitamento de potenciais hidráulicos de até 3 mil quilowatts e isenta de autorização a produção independente de até 50 mil qui-

lowatts de energia. A lei atual dispensa essas formalidades apenas para o aproveitamento de potenciais hidráulicos de até 1.000 quilowatts.

O relator na CI, Ivo Cassol (PP-RO), ressaltou que o sistema elétrico nacional estruturou-se, nas últimas décadas, em torno de grandes hidrelétricas ligadas aos consumidores por meio de longas linhas de transmissão. No entanto, afirmou Cassol, a frequência dos chamados apagões tem mostrado a fragilidade do sistema.

Para o senador, a construção de mais centrais hidrelétri-

cas de pequeno porte trará duplo benefício: aumento da potência instalada do parque gerador e melhor distribuição geográfica da geração de energia, reduzindo a dependência das linhas de transmissão hoje existente.

Diretor da Antaq

Na mesma reunião, a CI leu o relatório e deu vista coletiva da mensagem de indicação de Adalberto Tokarski para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Foram aprovados ainda dois requerimentos. Um, de

Fernando Collor (PTB-AL), para a realização de diligência destinada a verificar questões sobre obras do Canal do Sertão, da BR-101, da BR-316 no trecho Inajá-Carié e da BR-416 no trecho Ibataguara-Colônia Leopoldina, entre outras. Outro, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), convidando o ministro Valmir Campelo, do Tribunal de Contas da União (TCU), a comparecer à comissão para informar sobre acórdão da corte a respeito da solvabilidade das dívidas de estados e municípios com a União ao final dos contratos de renegociação.

Cidinho pede volta do Programa Luz para Todos em Mato Grosso

Cidinho Santos (PR-MT) manifestou preocupação com a paralisação das obras do Programa



Pedro Franco/Agência Senado

Luz para Todos em Mato Grosso. Segundo ele, muitas famílias, principalmente na zona rural, estão frustradas. A empresa que prestava serviço para o governo enfrentou dificuldades financeiras e suspendeu as atividades.

Cidinho informou que, entre 2004 e 2012, foram feitas em Mato Grosso 122 mil ligações de energia elétrica, com mais de 60 mil quilômetros de rede, totalizando investimentos de R\$ 1,2 bilhão. O senador disse que o estado aguarda agora a execução da sexta etapa do programa, que vai demandar investimentos de R\$ 78 milhões, beneficiando 30 mil pessoas. Ainda assim, segundo Cidinho, haverá no estado uma carência de mais de 40 mil ligações de energia.

Segundo o senador, uma pesquisa do governo apontou que 93% das famílias consideram que a vida melhorou depois do programa, que gerou mais de 400 mil empregos.



Ao lado de Flexa Ribeiro (E), Ivo Cassol defende o incentivo a hidrelétricas de pequeno porte para o presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor

Comissão aprova proposta que liberou R\$ 24 bilhões para o BNDES

A comissão mista que analisa a MP 628/2013 aprovou ontem o relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A MP liberou R\$ 24 bilhões do Tesouro Nacional para o BNDES, remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a menor taxa possível em títulos do governo. A MP será analisada agora pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

No relatório, Ferraço incluiu uma mudança no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para que motoristas de ambulâncias sejam treinados em reciclagem e disposição de materiais hospitalares. Além disso, o texto expressa o direito desses condutores a associação sindical.

Ferraço incluiu desonerações e incentivos a alguns setores na MP, mas em negociação com o governo retirou o incentivo à prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo, como carga e descarga de aviões. O tema deve voltar a ser discutido na MP 634/2013.

— O governo federal enfatizou que não vai prorrogar

nem conceder incentivos fiscais ou renúncias tributárias em 2014 — afirmou o relator.

Apenas a compensação de créditos tributários para produtores de leite faz parte do relatório. Desde 2004, o governo baixou a zero a alíquota do PIS-Cofins sobre a venda de leite in natura.

— Desde então, os créditos tributários se acumulam sem a possibilidade de compensação para pequenos produtores, mas o texto deve permitir a acumulação de créditos para as cooperativas, para que os produtores cooperados possam, igualmente, ter direito ao ressarcimento — disse.

A emenda sobre produtores de leite foi sugerida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e adotada pela comissão. O mesmo ocorreu com a mudança sugerida pelo deputado Antonio Brito (PTB-BA), a qual facilita a separação de cotas de cooperativas em caso da saída de um dos associados. Nessa situação, as cotas do associado que deseja sair seriam destacadas do capital da cooperativa para todos os efeitos legais.

(Com Agência Câmara)

Senadores criticam medidas provisórias

Um protesto de senadores contra a prática do Poder Executivo de propor mudanças legislativas por medidas provisórias (MPs), em prejuízo de iniciativas parlamentares semelhantes, marcou a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Estava em pauta projeto dos senadores Ana Amélia (PP-RS) e Armando Monteiro (PTB-PE) que extingue a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR), encargo pago pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (PLS 372/2011).

A proposta já havia sido aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

em 2011. Na CAE, recebeu em março de 2012 voto favorável do relator, Humberto Costa (PT-PE). No entanto, em setembro de 2012, a proposta foi atropelada pela Medida Provisória 579/2012, transformada na Lei 12.783/2013, que extinguiu a cobrança da RGR.

Com isso, Humberto Costa teve de apresentar um segundo relatório, em 2012, declarando a prejudicialidade da proposta, apesar de reconhecer o mérito dela.

— O atropelo [do processo legislativo] por medidas provisórias é um claro e recorrente desrespeito às prerrogativas dos membros do Congresso Nacional — reclamou Ana Amélia.

Pedro Taques (PDT-MT)

acusou o Executivo de tentar ser protagonista do processo legislativo e de desprezar o poder encarregado dessa atribuição, o Congresso. O parlamentar lembrou que, desde 1824, a atribuição de fazer as leis é conferida ao Poder Legislativo.

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que essa é uma prática constante do Executivo. Segundo ele, toda vez que identifica um projeto em tramitação no Legislativo conveniente a seus interesses, o governo assume a paternidade da ideia.

Waldemir Moka (PMDB-MS) observou que a prática é constrangedora e questionou o governo:

— Não querem dar mérito ao parlamentar?

Na presidência da reunião, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que o verdadeiro problema é a existência de medida provisória no sistema presidencialista. Conforme o senador, a MP foi colocada na Constituição pela presunção de que o sistema seria parlamentarista.

Ao final da discussão, os senadores aprovaram o relatório declarando o PLS 372/2011 prejudicado.



Waldemir Moka, Ana Amélia, Jayme Campos e Pedro Taques: governo se excede

Autora do projeto diz que participantes de programas de intercâmbio vêm sendo ludibriados com propostas falsas de estudo ou trabalho. Texto segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional

Mircos Oliveira/Agência Senado



Cícero Lucena sugeriu no relatório a incorporação das novas regras à Lei Geral do Turismo, que já trata de intercâmbio

Avança proteção para intercâmbio no exterior

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei que pretende dar mais segurança a quem participa de intercâmbio de estudo ou trabalho em outros países. Pela proposta (PLS 544/2011), de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o contrato deve assegurar informações claras, corretas e ostensivas sobre remuneração, carga horária, natureza da atividade, cargo, atribuições, moradia e demais dados.

A senadora afirma na justificativa que os participantes vêm sendo ludibriados com propostas falsas de intercâmbio de estudo ou trabalho. Segundo ela, a ausência ou a imprecisão nas informações têm causado situações constrangedoras a brasileiros, que cada vez mais aderem aos programas de intercâmbio. Vanessa observou que muitos acabam em condições sub-humanas de moradia e trabalho.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), em parecer favorável, recomenda a aprovação do projeto na forma de substitutivo adotado anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com o substitutivo, as mudanças propostas no texto original foram incorporadas à Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), em vez de criar uma lei nova, já que o turismo de intercâmbio é tratado naquele diploma legal.

Para o senador, o intercâmbio é um instrumento valioso para a aprendizagem de línguas, a aquisição de conhecimentos e a formação de novos laços culturais e interpessoais. Porém, diante das crescentes denúncias de irregularidades, ele disse que a proposta de Vanessa chegou em boa hora.

A matéria seguirá agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde receberá decisão final.

A comissão aprovou ainda

projeto de lei da Câmara que confere ao município de Braço do Norte (SC) o título de Capital Nacional do Gado Jersey (PLC 74/2013). A matéria ainda será apreciada em Plenário. Foi ainda rejeitado o projeto proposto pelo ex-senador Raimundo Colombo para criar o acervo do Museu Cultural da República, em Brasília (PLS 18/2009). No relatório, Ana Amélia (PP-RS) apontou vício de constitucionalidade.

Professores

A votação dos demais projetos de lei foi adiada, por pedido de vista ou por falta de quórum para decisões terminativas, que exigem maior presença de senadores. Assim, ficou para a próxima semana, entre outros, o projeto de lei (PLS 284/2012) do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT) que cria a residência pedagógica para os professores da educação básica.

A Voz do Brasil pode ser patrimônio cultural

Projeto que transforma o programa de rádio *A Voz do Brasil* em patrimônio cultural imaterial foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Da ex-senadora Marinor Brito, a proposta (PLS 19/2011) também obriga que o programa seja transmitido em todas as rádios públicas e privadas de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h.

Ao ler o parecer elaborado por Lobão Filho (PMDB-MA), Alfredo Nascimento (PR-AM) afirmou que é justo que o programa de rádio seja considerado patrimônio imaterial do país.

“Mais antigo programa radiofônico do gênero no mundo, há 78 anos no ar, *A Voz do Brasil* constitui inestimável canal de acesso à informação para parcelas significativas



Equipe de apresentadores do programa, que é transmitido desde 1935

da população brasileira”, diz o parecer.

De acordo com o texto aprovado pela CCT, “cabe aos órgãos competentes do poder público zelar pela preservação do programa, para fins históricos e de pesquisa da memória nacional”.

Na Câmara dos Deputados, há um projeto em tramitação que propõe a flexibilização do horário do programa. O texto já foi aprovado pelo Senado, como PLC 109/2006, no final de 2010. Já o PLS 19/2011 segue agora para decisão final da Comissão de Educação (CE).

As novas fronteiras do conhecimento em debate

As novas fronteiras do conhecimento serão tema de audiência pública promovida hoje pela Comissão de Educação (CE). O convidado é o cientista venezuelano José Luis Cordeiro, professor da Singularity University, parceria da agência espacial americana (Nasa) com o Google — conhecida como a Universidade do Futuro. A instituição fica no campus da Nasa no Vale do Silício, na Califórnia (EUA), onde estão as principais empresas de tecnologia do mundo.

Entre os temas a serem debatidos, estão nanotecnologia, biotecnologia e robótica,

consideradas as ciências e tecnologias do futuro. São as áreas responsáveis pelas descobertas mais recentes e pelos avanços mais importantes, que indicam novas fronteiras do conhecimento humano.

Por requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS), a audiência deve apontar os caminhos, a estrutura e a nova visão do conhecimento, que devem embasar a formulação de políticas para as novas gerações.

— As novas fronteiras do conhecimento nos obrigam a avançar para outros desafios, para saber o que tem além do horizonte — disse Paim.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

- | | |
|--|--|
| ▶ Portal e-Cidadania:
www.senado.leg.br/ecidadania | ▶ Alô Senado:
www.senado.leg.br/alosenado |
| ▶ Tempo real:
http://bit.ly/CEfronteirasEC | ▶ Tempo real:
http://bit.ly/CEfronteirasAS |
| ▶ Facebook: eCidadaniaSF | ▶ Facebook: alosenado |
| ▶ Twitter: @e_cidadania
#CESenado #Conhecimento #Informação | ▶ Twitter: @AloSenado |
| ▶ TV: www.senado.leg.br/TV | ▶ Alô Senado: 0800 612211 |
| ▶ Taquigrafia: http://bit.ly/notasCEfronteiras | |

Braga defende aprovação de projeto que incentiva pesquisas

Olíder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 619/2011, de autoria dele, que institui o Código Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Ele disse ser importante a aprovação de uma legislação que incentive o financiamento de pesquisas científicas, especialmente o financiamento privado.

“Em relação à participação de investimento público em CT&I, o Brasil está na média mundial. Quando analisamos

a participação dos recursos da iniciativa privada para CT&I, o Brasil está atrasado. Porque o nosso país não incentiva, com renúncia fiscal ou não, com apoio financeiro ou não, a iniciativa privada a fazer a CT&I”, informou.

Após os debates na CAE, Pedro Taques (PDT-MT) pediu vista coletiva do projeto, que deverá ser votado na próxima sessão da comissão. O PLS já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e também será analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Comissão de financiamento da educação ouve especialistas

A comissão especial para propor soluções para o financiamento da educação no Brasil fará audiência pública sobre o tema hoje às 14h na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa para instruir o relatório.

Os participantes do debate serão o consultor do Senado João Monlevade e o pesquisador Marcelo Medeiros Coelho de Souza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Será a primeira das três audiências públicas requeridas por Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da comissão.

De acordo com a proposta de Cristovam, os especialistas do setor deverão discutir as



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

três questões fundamentais que motivaram a criação do colegiado: qual o volume de recursos necessários para elevar a qualidade da educação brasileira ao nível das

melhores do mundo, as possíveis fontes de recursos e a melhor maneira de aplicar os recursos.

Segundo a presidente da comissão, Ângela Portela (PT-RR), hoje os investimentos em educação alcançam 5,5% do produto interno bruto (PIB). Para atingir os 10% do PIB previstos no Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação na Câmara, seria necessário um acréscimo próximo a R\$ 225 bilhões em dez anos.

Luiz Henrique vai relatar o projeto na Comissão de Meio Ambiente. Texto será examinado também pelas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça

Primeiro relator do Marco Civil da Internet defende liberdade de expressão

O PROJETO DO Marco Civil da Internet (PLC 21/2014), que disciplina direitos e proibições no uso da rede, será relatado por Luiz Henrique (PMDB-SC) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Ele anunciou que o relatório vai observar a privacidade e a liberdade de expressão. Informou também que vai ouvir a sociedade, o governo e os senadores durante a tramitação na CMA.

A relatoria foi determinada por sorteio ontem na CMA, conforme procedimento adotado pelo presidente interino do colegiado, Eduardo Amorim (PSC-SE). Ao ser informado de que havia sido sorteado, Luiz Henrique indicou as linhas gerais do texto que vai construir.

— Vou procurar fazer um projeto que seja convergente, que seja eficaz, que tenha durabilidade e que atinja os objetivos de um verdadeiro marco legal. Que garanta a privacidade e que garanta a

liberdade de expressão, que são princípios fundamentais na nossa Constituição.

Luiz Henrique informou ainda que deverá promover “uma ou algumas” audiências públicas, que poderão ocorrer de forma conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), que também vão tratar do tema. O senador não quis adiantar as mudanças que pretende propor, acrescentando que vai ouvir os diferentes segmentos envolvidos, para só então se posicionar.

Neutralidade

O marco civil se mostrou mais polêmico na parte que garante a isonomia na distribuição de conteúdo, conhecida como “neutralidade”. Trata-se da obrigação de tratar pacotes de dados de maneira isonômica, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. Ainda que um usuário pague por mais velocidade que outro, eles não podem ser tratados

de maneira diferente pelas empresas provedoras.

Além da neutralidade, a Câmara manteve a possibilidade de o presidente da República decretar bloqueio, monitoramento, filtro ou a análise de conteúdo dos dados numa situação anormal. A exceção se daria com a justificativa de criar prioridades por “necessidade técnica ou de emergência”. Nesses casos, será permitida a discriminação ou a lentidão do tráfego.

Livre trânsito

Os líderes da oposição na Câmara reclamaram que a possibilidade daria a chance de um presidente vetar, na verdade, os próprios conteúdos da internet, que hoje têm livre trânsito pela rede. Esse tipo de censura a conteúdos acontece no Irã e na China, por exemplo. Para prevenir excessos, ou até uma decisão contrária à livre manifestação do pensamento, o projeto passou a exigir que o chefe do Executivo consulte a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel) e o Comitê Gestor da Internet antes de assinar o decreto.

Provável relator do projeto na CCT, Walter Pinheiro (PT-BA) disse que a introdução da neutralidade de rede é importante porque elimina a possibilidade de haver jogo combinado entre uma empresa provedora, detentora de infraestrutura (banda), e um provedor de conteúdo (o Google, por exemplo), permitindo que pela banda só trafeguem produtos casados.

— Da forma como está, o marco civil incentiva o surgimento de diversos provedores de conteúdos e cria um ambiente mais igual para que todos possam receber integralmente o pactuado — argumentou Pinheiro.

Na opinião do senador, as duas maiores conquistas da sociedade com a aprovação do texto seriam a garantia da liberdade de expressão do pensamento na rede e a certeza de que a segurança está sendo reforçada.



Genildo Magela/Agência Senado

Antes de apresentar o relatório, Luiz Henrique quer ouvir a sociedade

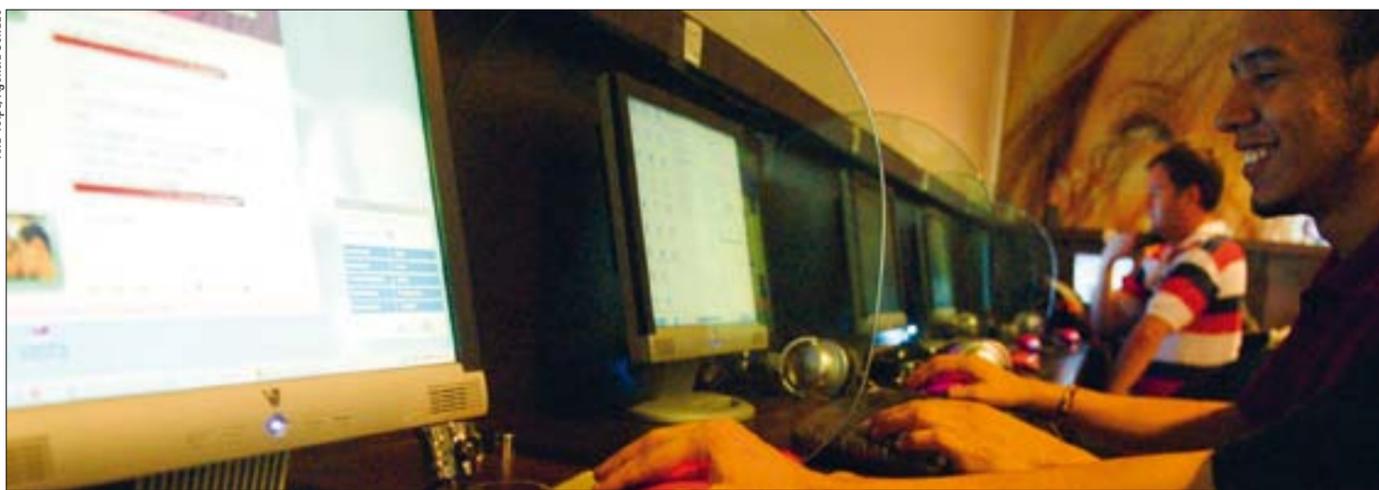
Renan diz que a tramitação será rápida no Senado

O texto do Marco Civil da Internet foi aprovado pela Câmara no dia 25, depois de três anos de debates. O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu que na Casa Alta a votação será rápida.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita que o marco civil pode ter uma tramitação mais rápida, mas adverte que é preciso haver tempo para discutir o mérito da proposta.

O projeto foi elaborado pelo governo e, ao chegar à Câmara, foi apensado a 42 proposições que tinham objetivos semelhantes: colocar lei no Brasil virtual, ambiente frequentado por nada menos que 100 milhões de brasileiros, ou seja, metade da população do país.

A legislação da internet é muito esperada pelo setor de telecomunicações por ser uma carta de fundamentos e princípios no uso da rede, envolvendo questões como sigilo de dados, liberdade de expressão e o pagamento apenas pelo uso da banda e da velocidade, não de aplicativos separadamente (continuará sendo proibido vender pacotes de serviços avulsos, como apenas download de vídeos ou caixa de e-mails).



Brasileiros contam hoje com a neutralidade da rede, que é mantida no projeto: acesso isonômico à internet, sem distinção de conteúdo, origem e destino

Lindbergh pede que texto tenha mais uma análise

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), disse ontem que pedirá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a inclusão da CAE

no exame do projeto do Marco Civil da Internet. Caso o pedido seja atendido, a CAE vai somar-se ao trabalho da CMA, da CCJ e da CCT, colegiado que vai centralizar o recebimento

de emendas à proposta.

Como Luiz Henrique propôs audiências conjuntas das três comissões já confirmadas para análise do texto, é provável que a CAE também participe

dos debates. O relator na CMA quer fazer uma discussão aprofundada sobre internet, nos moldes da realizada para o Código Florestal, sem provocar atrasos na tramitação.

Comissão de Ciência e Tecnologia decide avaliar este ano o Programa Nacional de Banda Larga

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) decidiu ontem avaliar este ano o Programa Nacional de Banda Larga. A avaliação de políticas públicas é uma nova prerrogativa do Senado, criada pela Resolução 44/2013, que permite à Casa estudá-las de forma sistêmica, considerando todos os efeitos sobre a sociedade e a Federação.

— Quanto mais aperfeiçoado estiver esse programa, certamente maior será o desenvolvimento econômico e social,



José Cruz/Agência Senado

a inclusão digital, a geração de emprego e renda e menores serão as desigualdades social e regional — avaliou o presidente da CCT, senador Zeze Perrella (PDT-MG, foto).

Anibal Diniz (PT-AC) foi escolhido como relator e observou que, apesar do compromisso da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de garantir acesso à banda larga em todos os estados, as operadoras não vêm cumprindo a determinação.

Projeto que facilita comprovação de pagamentos segue para decisão final da Comissão de Defesa do Consumidor

As instituições receptoras de títulos, faturas e boletos de cobrança poderão ser obrigadas a autenticar eletronicamente no documento de cobrança a efetivação do pagamento. A exigência, prevista em projeto (PLS 437/2013) de Pedro Taques (PDT-MT), foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O texto, que segue agora para decisão final da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), estabelece que pagamentos efetivados via internet e caixa eletrônico

não precisam ser autenticados.

Segundo Taques, o procedimento adotado por instituições financeiras e outras entidades de imprimir um novo comprovante de pagamento — a maioria em papel fotossensível, que se apaga com facilidade — faz o consumidor lidar com mais papéis e correr o risco de perder a prova do pagamento.

Para o relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), não resta dúvida de que as vantagens do projeto superam em muito os eventuais custos que possa trazer.

Para ministro do STJ, é preciso cumprimento efetivo da lei penal

Primeira de uma série de audiências na CCJ ouviu opiniões do ministro Reis Júnior sobre mudanças no Código Penal. Ele combateu a impunidade

O GRANDE PROBLEMA hoje do direito penal não são penas baixas, mas a falta de efetividade no cumprimento. A constatação é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Alves dos Reis Júnior e pode servir de alerta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que examina o projeto de lei do Senado (PLS 236/2012) que reforma o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). A proposta tem como relator o presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

— O grande incentivador da criminalidade não é a baixa previsão de repressão, mas a baixa efetividade (cumprimento da lei), que não leva à punição. Tem que achar um meio-termo de o código atender aos reclamos da sociedade, mas evitar um excesso de criminalização, de modo que não se torne uma coisa inaplicável — advertiu Reis Júnior.

Crime hediondo

As impressões do ministro do STJ sobre o Código Penal

Reis Júnior é contra redução da maioria penal

No debate de ontem na CCJ, o ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior afirmou que a redução da maioria penal não vai resolver o problema da criminalidade juvenil.

— O grande problema é a falta de preparo do Estado em dar educação e uma perspectiva de vida aos menores carentes. O Estado se omite e o crime é o caminho que acaba sendo escolhido — ponderou o ministro.

A redução da maioria é tema da proposta de emenda à Constituição de iniciativa de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que abre a possibilidade de menores infratores entre 16 e 18 anos sofrerem uma punição diferenciada por participação em crimes hediondos (PEC 33/2012).



Ministro Reis Júnior, ao lado de Vital do Rêgo, pede que se evite o excesso de criminalização, que tende a se tornar inaplicável

abriram ontem uma série de cinco debates sobre o assunto na CCJ. O idealizador das audiências para discutir a proposta foi Vital do Rêgo, que pretende conhecer as opiniões de juristas antes de dar o parecer sobre o substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT) ao PLS 236/2012, aprovado, no final de 2013, por comissão especial do Senado.

Sebastião Reis Júnior respondeu a diversas indagações

de Vital e Taques, como a possibilidade, por exemplo, de estabelecer uma definição objetiva sobre a quantidade de droga que caracterizaria o portador como usuário ou traficante.

Após considerar a descriminalização do uso de drogas como algo complexo, o ministro do STJ cogitou a hipótese de um estudo estatístico respaldar a fixação de um parâmetro mí-

nimo de porte que não seria visto como tráfico.

Em relação aos crimes hediondos, Sebastião Reis Júnior admitiu o receio de que esse rol seja tão ampliado que acabe perdendo o efeito como fator repressivo.

— Infelizmente, o criminoso não está preocupado com a duração da pena, mas se corre risco efetivo de ser pego ou não — comentou o ministro.

Taques e Suplicy divergem sobre punição a menor

Após a manifestação contrária do ministro do STJ Sebastião Alves dos Reis Júnior em relação à redução da maioria penal, Pedro Taques e Eduardo Suplicy (PT-SP) reiteraram posições divergentes, já manifestadas em outras discussões na CCJ.

Taques defendeu a PEC 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que possibilita punição diferenciada para adolescentes de 16 a 18 anos envolvidos com crimes graves.

— Temos de compreender que a realidade brasileira hoje é diferente da de 1940. Eu não vejo a possibilidade de programas governamentais resolverem alguns crimes mais do que graves (praticados por menores) — comentou Taques.

Autor do substitutivo ao tex-

to da reforma do Código Penal (PLS 236/2012), o parlamentar considerou, em seguida, que a criminalidade juvenil também não será resolvida com a iniciativa da renda mínima.

A opinião divergiu, entretanto, da expressada por Suplicy, mentor da renda básica de cidadania, que se aliou

à manifestação do ministro do STJ.

— Eu tenho a convicção de que mesmo os casos extremos colocados pela mídia poderiam ser contornados se tivessem como aliados a educação de qualidade e o direito a sobrevivência para todos — argumentou.



Taques acha que não há como prevenir crimes; Suplicy aposta na oferta de educação



Ana Rita quer debater cultura machista e violenta

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), declarou-se chocada com resultado de levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual 42,7% dos entrevistados concordaram totalmente com a ideia de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo mere-

cem ser atacadas”, enquanto 58,5% concordaram total ou parcialmente com a frase “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. A senadora afirmou que pretende levar o tema para debate na CDH e defendeu o envolvimento de todos os Poderes em uma ampla campanha para mudar o

comportamento da sociedade.

— É uma cultura muito forte que se construiu no seio da sociedade e precisamos criar mecanismos para alterá-la. É uma cultura que fere todos os princípios, fruto de uma sociedade que se construiu na base do patriarcado e do machismo. Mudar a cultura de uma sociedade não é uma

tarefa fácil. É preciso o envolvimento de todos os Poderes.

A pesquisa *Sistema de Indicadores de Percepção Social — tolerância social à violência contra as mulheres* ouviu 3.810 pessoas, 66,5% das quais mulheres. Em resposta, mulheres de todo o país promovem nas redes sociais a campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada.

Humberto ressalta investimentos em segurança pública

Humberto Costa (PT-PE) disse que o primeiro boletim orçamentário de segurança pública, divulgado no ano passado, mostra que, de 2003 a 2013, os investimentos no setor subiram de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 4,2 bilhões, um aumento de 150%.

Segundo o senador, apenas no governo Dilma Rousseff, de 2011 para cá, os recursos repassados à área subiram mais de 50%.

Humberto disse que o dinheiro tem sido aplicado em diversos programas, como o de combate ao crack, o Brasil Mais Seguro, o Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisões e sobre Drogas (Sinesp).



De acordo com o senador, verbas para a área aumentaram 150%

Paim lembra Semana de Conscientização da Alienação Parental

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem que esta é a Semana Nacional de Conscientização da Alienação Parental, expressão que se refere à ação de um dos pais para levar o filho a rejeitar e desrespeitar o outro e que ocorre, geralmente, em caso de separações conflituosas.

Paim disse que essa atitude, muito prejudicial à criança, deve ser combatida. Lembrou que desde 2010 o Brasil conta com uma lei, resultado de projeto dele, que pune quem pratica alienação parental com multa e até mesmo com a perda da guarda do filho. Além disso, o pai ou mãe pode ser obrigado a fazer tratamento psicológico.

— Nós tivemos avanços importantes após a Lei 12.318/2010. Fizemos muito, mas há muito ainda por fazer. Parabéns a todos que se dedicam ao combate à alienação parental, protegendo crianças e adolescentes — disse o senador.

Paim registrou que o tema está sendo discutido esta semana em um congresso no Rio de Janeiro, promovido pela Associação Criança Feliz.

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos debateu o crescimento da violência contra profissionais de imprensa. Quatro jornalistas já foram mortos apenas neste ano



Em audiência presidida por Paim (4º à esq), Théo Rochefort (E) diz que protestos de junho começaram pacíficos, mas “descambaram para atos de violência e vandalismo”

Casos de violência contra jornalistas crescem após manifestações de rua

AS MANIFESTAÇÕES DE rua iniciadas em junho do ano passado ajudaram a engrossar as estatísticas sobre a violência contra profissionais de comunicação. Dos 136 casos de violação contra a atividade jornalística registrados em 2013, 105 foram causados por grupos minoritários de manifestantes e por policiais. Os números são da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que defendeu, com outras entidades de classe, mudanças de procedimentos das polícias, treinamento para profissionais de imprensa nos conflitos de rua e um protocolo de segurança a ser adotado pelas forças do Estado, jornalistas e empresas.

— Os protestos se iniciaram legítimos e pacíficos, mas descambaram no final para atos de violência e vandalismo, inclusive ataques a veículos, a prédios e a jornalistas e comunicadores — disse o diretor de Comunicação da Abert, Théo Rocheford, convidado

da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves afirmou que as agressões feitas por manifestantes podem ser explicadas pela falta de conhecimento sobre a importância do papel da mídia. Já a truculência da polícia militar ainda é um resquício ditatorial.

— O comportamento continua sendo o mesmo do período da ditadura militar. Se o policial militar vê uma câmera fotográfica ou alguém filmando um determinado movimento, o primeiro movimento que faz é agredir o jornalista e apreender o equipamento. Isso é o que vem ocorrendo, ocorreu durante todo o período da ditadura militar e continua ocorrendo hoje — reclamou.

Impunidade

Quatro jornalistas já foram assassinados em 2014 e,

para entidades de classe, a impunidade é um dos problemas. Uma das soluções seria a federalização das investigações dos crimes contra profissionais de imprensa no exercício da profissão.

— O jornalista é assassinado, a polícia local engaveta o processo e não se tem uma solução. Isso vai gerando a impunidade, que alimenta mais violência. Por isso, caso a polícia local não apresente resultados significativos à investigação, que esse caso passe a ser divulgado pela Polícia Federal — defendeu Torves.

O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios defendeu a federalização somente em casos específicos:

— A federalização tem que ser feita em casos concretos, em que você verifique realmente a impossibilidade da polícia, do Ministério Público e dos juízes de atuarem de forma independente. Não pode ser o remédio para todo e qualquer tipo de violação de direitos

humanos — opinou.

Cartilha

O chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Marcelo Barros de Oliveira, assinalou que o Ministério da Justiça já tomou providências para minimizar o problema. Uma delas é a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um protocolo mínimo para atuação das polícias em manifestações populares.

O representante da Senasp informou que outro grupo, criado com o intuito de discutir a segurança dos profissionais de comunicação, realizou, no fim de semana passado, um exercício simulado de dois dias com 70 jornalistas e homens da Força Nacional de Segurança Pública.

— Este trabalho vai ser analisado, e o resultado será uma cartilha a ser distribuída aos profissionais de comunicação e de segurança antes da Copa do Mundo — explicou Oliveira.

Manifestações: Passe Livre defende anonimato

Convidados para a audiência na CDH, representantes do Movimento Passe Livre defenderam o direito ao anonimato dos participantes de manifestações e se mostraram contrários a qualquer tentativa de proibição do uso de máscaras e balaclavas em protestos de rua. Para eles, o anonimato garante a livre manifestação do pensamento e o exercício da democracia.

— Tem sido articulado um ataque ao direito do anonimato que limita a capacidade de expressão. O uso de máscara e balaclava não pode ser criminalizado. Isso seria autoritarismo e não avanço democrático — afirmou Paulo Henrique da Silva Santarém.

O representante do Passe Livre não poupou críticas à polícia militar, responsável, segundo ele, por dar início à violência nas manifestações



Manifestantes com rostos cobertos se concentram para manifestação no centro do Rio de Janeiro, em agosto de 2013

e disse que o movimento não tem posição em relação aos *black blocs*.

Ele explicou que a tática de atuação dos *black blocs* brasileiros é usada também em outros países e há consenso entre eles de que qualquer ataque

ou violência contra pessoas deve ser evitada, o que não os impede de investir contra o patrimônio público ou privado.

Tal concepção, na opinião de Ana Rita (PT-ES), é equivocada:

— Não podemos permitir

comportamentos agressivos. Quebrar patrimônio privado ou público é ação violenta, sim. Trata-se de um princípio questionável — afirmou asenadora, deixando claro, no entanto, que é contra a criminalização dos movimentos sociais.

Projeto prevê seguro de vida para os profissionais

No fim da audiência, Paulo Paim (PT-RS) apresentou propostas encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pela Fenaj, pela Abert e pelo Passe Livre. Ele disse que está elaborando um projeto de lei para garantir aos profissionais de comunicação que atuarem em atividades externas com risco à integridade física o direito de receberem seguro de vida em grupo custeado pelo empregador e adicional de periculosidade.

Propostas

- Adoção de um **protocolo de procedimentos** a ser observado por policiais, jornalistas e empresas.
- Reavaliação dos **cursos de formação** dos policiais militares.
- Federalização** das investigações de crimes contra comunicadores.
- Criação de um **observatório de violência contra comunicadores**, com condições de mapear de assassinatos a casos menos graves de violência sofrida no dia a dia do profissional.
- Treinamento para melhor qualificação da **atuação policial**.
- Padronização de **estatísticas e das análises** relativas à violência contra profissionais de imprensa e veículos de comunicação.
- Regulamentação do uso de **armas não letais**.
- Adoção de **corregedorias** de polícia independentes.
- Desmilitarização das **polícias militares**.
- Adoção de treinamento direcionado exclusivamente à **ação de policiais em manifestações**.
- Garantia do direito ao **anonimato** em manifestações como forma de assegurar os direitos dos manifestantes.

Relatório sobre mudanças climáticas preocupa senadores

Temperaturas devem subir até 4,8 graus centígrados neste século e o nível dos mares crescerá entre 26 e 82 centímetros até 2100

OS SENADORES EDUARDO Amorim (PSC-SE), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) manifestaram ontem preocupação com os impactos das mudanças no clima global, apontados em relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) que envolve mais de 700 pesquisadores de 100 países.

Eduardo Amorim ressaltou as previsões dos cientistas de que as secas serão ainda mais severas.

Para Valdir Raupp, os desequilíbrios do clima já são visíveis.

— O Norte do Brasil vive a maior enchente de sua história. Não há registro de que os rios da Amazônia tenham tido tanta água. Pelo Rio Madeira, há quatro, cinco semanas, passam 55 milhões de metros cúbicos de água por segundo, fazendo com que o nível seja o maior da história: quase 20 metros — disse Raupp, observando ainda que o Brasil tem uma matriz energética limpa e mantém extensas áreas florestadas, o que contribui para reduzir o aquecimento do planeta.



Valdir Raupp e Rodrigo Rollemberg falam sobre os problemas climáticos em reunião da Comissão de Meio Ambiente

Já Rollemberg se disse preocupado com o aumento do desmatamento na Amazônia no último ano.

— Esse é um dado lamentável, pois estamos perdendo parte da nossa biodiversidade e contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa, o que piora os problemas climáticos — alertou.

No entanto, Raupp observou que pode estar havendo aumento do desmatamento na Amazônia de um ano para outro, mas que, nas últimas duas décadas, a redução das áreas abertas foi significativa.

— Os aeroportos, no passado, tinham que ser fechados devido à fumaça das queima-

das, hoje não tem mais isso — declarou, reafirmando sua posição pelo desmatamento zero.

Ao lamentar a pouca iniciativa dos governos para frear o aquecimento global, Rollemberg afirmou que o relatório do IPCC revela uma “tragédia anunciada”, com “números alarmantes”, e exige reflexão de todos os governantes. Segundo o documento, as temperaturas devem subir até 4,8 graus centígrados neste século e o nível dos mares aumentará entre 26 e 82 centímetros até o ano de 2100. As secas ficarão mais severas, obrigando a agricultura a migrar para regiões mais frias. O relatório também

registra a previsão de perdas de mais de 25% das colheitas de milho, arroz e trigo até 2050.

— Esses números sinalizam para uma tragédia sem dimensões na história da humanidade — advertiu Rollemberg.

Desmatamento

Rodrigo Rollemberg lamentou a atuação do governo do Distrito Federal em relação às questões fundiárias e criticou também o governo federal, ao dizer que o Brasil é “de longe o país que mais desmata florestas”. Dados do governo apontam que, no ano passado, o desmatamento na região amazônica cresceu 35%, afirmou o senador.

Para Vanessa Grazziotin, Brasil dá exemplo ao mundo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que nos últimos dez anos o Brasil deu um exemplo para o mundo no que se refere à questão ambiental ao reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia.

A senadora acrescentou que o destaque do país nessa área fica evidente quando o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas inclui técnicas brasileiras entre as alternativas a serem adotadas pelos países, como manejo comunitário de áreas naturais, criação de áreas protegidas, acordos para conservação e pagamentos por serviços ambientais.

— Em relação à questão ambiental e, sobretudo, às mudanças climáticas, o Brasil tem sido uma voz muito importante, um dos maiores e mais fortes protagonistas no cenário internacional — disse a senadora.



Vanessa avalia que o país avançou na redução do desmatamento

Comissão de Meio Ambiente adota sorteio para definir relatores

O presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Eduardo Amorim (PSC-SE), adotou o sorteio como regra para definir os relatores das propostas que tramitam no colegiado. Ele assumiu a presidência da CMA em fevereiro, após licença de Blairo Maggi (PR-MT).

— Estou abrindo mão [de indicar relatores] para dar oportunidade a todos, em nome de uma distribuição justa, para que não tenha senadores com número excessivo de relatorias e outros colegas com nenhuma relatoria — explicou.



Amorim quer evitar acúmulo de relatorias sobre um só senador

Contrário ao procedimento, Jorge Viana (PT-AC) argumentou que há senadores com mais conhecimento em

determinadas áreas, podendo produzir relatórios de melhor qualidade, vantagem que se perde com o sorteio. Ele acredita que a regra resultará em sobrecarga de trabalho para o senador que for sorteado em tema pouco familiar.

Amorim respondeu que o senador que não se considerar em condição de relatar determinada proposição poderá devolvê-la para novo sorteio.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Cícero Lucena (PSDB-PB) apoiaram a nova regra. Para Rollemberg, o sorteio acaba com a “panelinha”.

— A verdade é esta; nas medidas mais importantes, os relatórios são distribuídos assim: você vai relatar, mas a sua posição tem que ser favorável porque o interesse é este ou aquele — disse.

Viana alegou que o sorteio vai contra as regras de composição política.

— Esta Casa não é uma casa lotérica. Para vir para cá, tem que estar filiado a um partido, tem que ter voto, tem que ter aliança partidária. Senão daqui a pouco faremos sorteio para ver quem preside o Senado — disse o senador.

A decisão da CMA motivou debate na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O presidente do colegiado, Zeze Perrella (PDT-MG), não descartou adotar a mesma prática, mas afirmou que a decisão será tomada pela comissão. A questão foi levantada por Cícero Lucena (PSDB-PB), que classificou a iniciativa como marco histórico do Senado. Anibal Diniz (PT-AC) disse que a escolha de relatores deve continuar a ser prerrogativa do presidente da comissão, a partir de um acordo político-partidário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Base aliada e oposição propuseram duas comissões diferentes, ambas contestadas por questões de ordem, e caberá ao presidente do Senado solucionar o impasse

CPI da Petrobras será decidida por Renan

SENADORES DA BASE aliada e de oposição ao governo protagonizaram ontem uma “queda de braço” no Plenário do Senado em torno da criação da CPI da Petrobras. Dois requerimentos foram lidos em Plenário, um de cada grupo, e ambos foram contestados por questões de ordem, que deverão ser decididas hoje pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

A possibilidade de retirada de assinaturas, o que invalidaria os pedidos de CPI por falta de apoio, foi encerrada à meia-noite, sem que nenhum senador tenha procurado a Secretaria-Geral da Mesa.

O primeiro requerimento, da oposição, foi apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR) e assinado por outros 28 senadores. Ele enumera quatro fatos a serem investigados: a

compra de uma refinaria em Pasadena, no Texas (EUA); indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal; denúncia de que plataformas estariam em operação sem componentes de segurança; e indícios de superfaturamento na construção de refinarias.

A reação da base aliada partiu do líder do PT, Humberto Costa (PE), que apresentou requerimento apoiado por outros 30 senadores com proposta mais ampla. Abrange, além do caso de Pasadena, o caso Alstom — denúncias de corrupção em contratos no metrô de São Paulo e Distrito Federal durante governos comandados pelo PSDB e DEM.

A oposição considerou o pedido uma estratégia do governo para desviar o foco e apresentou questão de ordem pedindo impugnação



Aloysio, Alvaro, Jarbas, Aécio e Figueiró: opositoristas e independentes querem investigação restrita à Petrobras

do requerimento. Por sua vez, a base aliada apresentou questão de ordem contestando o pedido da oposição. Agora, a abertura ou não de CPI — restrita à Petrobras ou mais ampla — depende de resposta do presidente do Senado.

Ainda ontem, em Plenário,

Renan anunciou que as questões de ordem serão decididas com base no Regimento Interno e na Constituição.

Ele lembrou que, da última vez que presidiu o Senado, havia quatro CPIs funcionando, o que levou à edição de um livro com todas as

decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as investigações feitas pelo Congresso.

— A isenção que o cargo obriga que eu tenha não me permitirá outra decisão senão dentro dos limites do que o Supremo Tribunal Federal já decidiu e esta Casa também.

Requerimentos questionam legalidade dos dois pedidos de CPI

A estratégia do governo contra a CPI da Petrobras tem como base o questionamento feito por Gleisi Hoffmann (PT-PR) a respeito da legalidade do requerimento da oposição.

No pedido, ela afirma que o “fato determinado” — objeto da investigação — estaria em desacordo com o previsto pela Constituição, pela legislação, pelos regimentos das Casas do Congresso e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A senadora lembrou que, de acordo com a legislação, se houver mais de um fato a ser investigado, eles devem ser conexos entre si, uma vez que vão balizar todo o trabalho.

Na opinião de Gleisi, não está clara uma conexão suficientemente forte entre os quatro pontos.

— O conceito de fato determinado, ainda que não seja rígido, admite extensão para fatos outros que, ao longo da

investigação, demonstrem a conexão com o fato determinado original, mas não podem ser elásticos para abranger fatos que não possuem qualquer conexão com o fato original, sob pena de desvio e esvaziamento de finalidade e consequente ineficácia da CPI — disse a parlamentar, citando julgados do STF.

A conclusão da senadora é de que o requerimento da comissão “apresenta um conjunto de

fatos determinados estanques, desconexos com apenas um único ponto em comum: a circunstância de todos se referirem à Petrobras”.

— O objetivo central dos autores é promover uma investigação generalizada, uma verdadeira devassa que repugna o direito, mitiga a segurança jurídica, afronta o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, afrontando inexoravelmente

o texto constitucional — disse Gleisi.

Metrô de SP

Por sua vez, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), defensor de uma CPI restrita à Petrobras, apresentou questão de ordem para impugnar a inclusão do metrô de São Paulo no pedido de CPI apoiado pelo governo, baseando a argumentação na inexistência no Regimento Interno do Senado de CPIs

de matérias pertinentes aos estados.

— Não imaginava que fossem ousar tanto, com essa ignomínia que significa acabar com o instituto da CPI no Senado. É disso que se trata. Querem matar a CPI da Petrobras através de uma manobra antirregimental. Se querem investigar cartéis, deveriam, se tivessem boa-fé, investigar obras de metrô e trens metropolitanos onde existem recursos federais, em Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília e em uma série de lugares onde o próprio Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] já denunciou a existência — afirmou.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o requerimento representa “um inusitado caso de obstrução pela maioria”. O senador disse que apoia qualquer investigação, mas sem desmoralizar a Constituição e o instituto da CPI.



Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Armando Monteiro propõem CPI ampla, incluindo denúncias de corrupção no metrô de SP

Base aliada e oposição trocam acusações em debate acalorado

Diante da questão de ordem apresentada pela senadora Gleisi Hoffmann, Aécio Neves (PSDB-MG) sustentou que o pedido da CPI “atende integralmente aos requisitos necessários” e lamentou a falta, segundo ele, de uma voz da base do governo para defender as ações da Petrobras.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que os brasileiros jamais perdoariam a oposição caso não tomasse medidas enérgicas para a preservação de um patrimônio

de todos, como é a estatal.

— O petróleo é nosso. A Petrobras é esse símbolo — sintetizou.

Já o líder do PSB, Rodrigo Rollemberg (DF), apostou que os problemas da Petrobras devem ser ainda mais graves do que o denunciado até agora.

— O governo está a dizer para a opinião pública: nós temos medo desta CPI — avisou o senador.

O líder do PT, Humberto Costa, assegurou que o

governo não tem medo de uma CPI e prova disso seria o pedido apresentado pela base governista de uma nova comissão, mais ampla.

— O que se está querendo não é fazer investigação. É fazer disputa política. Vamos fazer disputa política no local correto. Aqui, na rua, na mídia, na campanha eleitoral e não utilizar uma empresa com a importância que tem a Petrobras — disse Humberto, que alega que os órgãos de fiscalização e con-

trole já investigam as supostas irregularidades na Petrobras.

Independentes

Os líderes da oposição ressaltaram que o pedido de CPI foi viabilizado pelas adesões de senadores que se apresentaram como independentes, como Ana Amélia (PP-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Magno Malta (PR-ES).

— A Petrobras é do Brasil, a Petrobras é dos brasileiros. Um fato dessa gravidade precisa ser investigado — disse

Malta, referindo-se ao caso da refinaria em Pasadena (EUA).

Primeiro signatário do pedido de CPI, Alvaro Dias foi na mesma linha de Rollemberg, acusando o governo de tentar desviar o foco e inviabilizar as investigações.

— Não se deseja revelar, deseja-se acobertar. Não se deseja punir, deseja-se proteger aqueles que, eventualmente, possam ser responsabilizados pela prática de corrupção na gestão da Petrobras — protestou.

CPIs concentram atenções do Plenário

Os requerimentos para criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades na Petrobras concentrou

as atenções dos senadores ontem. Dois requerimentos foram lidos e, contra ambos, foram levantadas questões de ordem contestando a legitimidade. A

decisão deverá ser tomada hoje pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A instalação da CPI dos Transportes, criada no final de 2013, também foi cobrada.

Alvaro Dias: CPI da Petrobras é prioridade para o Congresso



Pedro França/Agência Senado

A criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar as denúncias de irregularidades na Petrobras é prioridade para o Congresso, disse ontem o senador

Alvaro Dias (PSDB-PR), em Plenário. No entanto, caso o número mínimo de assinaturas para a criação da CPI não seja alcançado na Câmara, a solução será a investigação por uma comissão exclusiva do Senado, disse ele.

Alvaro ressaltou ser preciso investigar a administração da Petrobras, pois, por causa de negócios mal explicados, a empresa se endividou muito nos últimos anos, a ponto de a dívida atual alcançar US\$ 100 bilhões. Além disso, a Petrobras desabou no ranking das maiores empresas do mundo, lamentou o senador.

— Não há nenhum propósito de natureza eleitoral, há o cumprimento de um dever: a fiscalização de atos do Poder Executivo. A investigação, quando da ocorrência de denúncias, não é apenas um direito da minoria, é uma prerrogativa da qual não se abre mão em nome do Parlamento.

Para Cristovam Buarque, investigação é uma forma de proteger a estatal



Pedro França/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que defende uma investigação na Petrobras como cidadão e como senador. Disse que quem apoia a CPI não pode ser acusado de não gostar

da empresa. Segundo ele, quem tem amor pela Petrobras quer a CPI, porque quer proteger a estatal.

Em 2009, houve a convocação de uma CPI da Petrobras por causa de denúncias sobre fraudes em licitações e outros problemas contábeis, lembrou o senador, mas a comissão terminou esvaziada. Cristovam reconheceu que errou ao se contentar, na época, apenas com a vinda do então presidente da empresa, José Sergio Gabrielli.

— Se tivéssemos feito aquela CPI, a Petrobras não estaria passando por essa situação. Nós não fizemos e agora temos a chance de fazer — declarou.

Para o senador, houve descaso da presidente Dilma Rousseff, que chefieira o conselho que autorizou a compra da refinaria de Pasadena. Cristovam ainda lamentou a perda de valor de mercado da Petrobras.

Ana Amélia afirma que governo não pode censurar parlamentares

Ana Amélia (PP-RS) admitiu que, por ser este um ano eleitoral, não é um momento fácil para uma comissão parlamentar de inquérito, mas defendeu a investigação de denúncias de irregularidades na Petrobras. A senadora acrescentou que o governo tem todo o direito de “espernear” contra a apuração, mas não pode censurar o direito dos parlamentares de irem fundo em uma investigação na estatal.

Ana Amélia argumentou que a Petrobras é uma empresa muito importante para o povo brasileiro, que merece saber o que aconteceu por lá.

— Nosso objetivo não é irresponsável, nem de destruir ou de contaminar e fragilizar esse grande patrimônio que é a Petrobras — declarou.

A senadora também alertou para os cuidados que o Senado deve ter ao votar a proposta que cria o Marco Civil da Internet. O projeto, aprovado recentemente na Câmara, passará por análise em pelo menos três comissões do Senado: de Constituição e Justiça (CCJ); de Meio Ambiente (CMA); e de Ciência e Tecnologia (CCT).

— Os internautas precisam ter a segurança de que poderão se conectar às redes sociais, trocar informações e aprender por meio do ensino a distância sem limitações de acesso — disse.



Pedro França/Agência Senado

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse que as investigações a serem feitas por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre as denúncias que pesam contra a Petrobras, em

especial as relacionadas à compra da refinaria de Pasadena, no Texas, “devem atender aos interesses do Brasil, e não aos interesses políticos”.

O senador disse que “a Petrobras é o orgulho do país e que desmoralizá-la não fará bem a ninguém”. Ele afirmou que interessa também ao governo esclarecer esse fato.

— Espero que os trabalhos da CPI sejam sérios e estritamente relacionados ao seu propósito, cumprindo fielmente o Legislativo o seu papel de investigador — disse.

Para Raupp, a Petrobras é estratégica para o desenvolvimento do país.

— Não podemos, a qualquer título ou a interesses, permitir que uma empresa de tamanha importância para o Brasil, como nação soberana e democrática, não receba o devido respeito — afirmou.

Simon sugere que Renan decida pela criação de duas comissões de inquérito



Moreira Moritz/Agência Senado

Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem uma saída para o impasse envolvendo a criação da CPI da Petrobras. Segundo o senador, o presidente Renan Calheiros deveria despachar favoravelmente a criação de duas CPIs: a primeira investigaria as irregularidades da Petrobras e a segunda, os contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares em São Paulo e Distrito Federal que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens, que reconheceu ter pago propina a políticos e funcionários públicos.

— Eu acho, com toda sinceridade, que é a resposta que o presidente do Senado deve dar e é uma resposta inteligente — disse.

Em aparte, o senador Pedro Taques (PDT-MT) concordou com Simon e disse acreditar ser possível que o presidente despache favoravelmente ao primeiro requerimento — que diz respeito somente à CPI da Petrobras — e, em relação ao segundo, que abrange o metrô de São Paulo, separe os fatos e permita a criação de duas CPIs.

— Eu acho, com toda sinceridade, que é a resposta que o presidente do Senado deve dar e é uma resposta inteligente — disse.

Mário Couto pede apoio popular para impeachment de Dilma



Pedro França/Agência Senado

Mário Couto (PSDB-PA) chamou o povo brasileiro a apoiar o pedido, que apresentou ontem, de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Para o senador, a presidente cometeu

crime de responsabilidade quando aprovou a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, pela Petrobras. Couto contrastou a “administração desastrosa” do PT, que teria “levado a Petrobras à falência e derrubado o mercado de ações”, com o empenho do partido em enviar grandes quantias a ditaduras estrangeiras.

— No ano de 2010, a empresa estava avaliada pelo mercado em R\$ 380 bilhões, mas, após essa irresponsável e lastimosa operação, hoje vale R\$ 179 bilhões. Quebraram a empresa, destruíram a empresa, desvalorizaram a empresa, e o povo brasileiro perdeu seu dinheiro — afirmou.

Segundo o senador, “outros conselheiros da Petrobras chegaram a afirmar que ela [Dilma] já sabia de tudo em 2007”.

— É uma ré confessa — afirmou.

Roberto Requião cobra instalação da CPI dos Transportes



Moreira Moritz/Agência Senado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem que os parlamentares tratem da instalação da CPI dos Transportes com a

mesma rapidez e entusiasmo com que estão exigindo a criação da CPI da Petrobras.

Requião destacou que a questão do transporte público é um dos catalisadores das manifestações que ocorreram em junho de 2013 e que o tema é tão ou mais importante do que a compra da refinaria de Pasadena.

— Eu traduzo isso em uma questão de ordem. Que se dê prioridade à primeira CPI. Que se respeite, primeiro, a vontade do povo — cobrou.

O senador destacou que a compra da refinaria de Pasadena é apenas um detalhe dos descaminhos tomados pela Petrobras com as políticas postas em prática pelos governos do PSDB e do PT.

Audiência pública com Graça Foster depende de aprovação de CPI

A audiência pública marcada para terça-feira com a presidente da Petrobras, Graça Foster, poderá não ocorrer caso seja instalada a CPI que investigará a compra, pela estatal, da refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos.

A informação foi prestada pelo líder do PT, Humberto Costa (PE), ao final da reunião de ontem da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na semana passada, a CMA e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram convites para ouvir Graça Foster e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

— Se a CPI for implantada, não faz nenhum sentido que ela [Graça Foster] venha até esta comissão prestar esclarecimentos, pois obviamente deverá ser convocada a falar na CPI. Reservo-me o direito de esperar o resultado das assinaturas que foram entregues ao presidente da Casa para confirmar ou não a vinda da presidenta da Petrobras — disse o líder do PT.

O presidente da CMA, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), afirmou que aguardará novas informações para só então confirmar ou cancelar a audiência pública.